

190	143				
					2

H1R00473

Cimi critica mudanças no Estatuto do Índio

Conselho alega que medida do governo federal é contrária à Constituição e aos Direitos Humanos Internacionais

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não apóia o substitutivo do governo federal ao Estatuto das Sociedades Indígenas, entregue na última quinta-feira, pelo ministro da Justiça, José Gregori, ao deputado Luciano Pizzatto, relator da matéria na Câmara.

O novo projeto dá abertura para o garimpo de mineradoras em áreas indígenas e mantém as terras sob posse do governo. "Nesse novo substitutivo há vários aspectos que trazem novidades contrárias à Constituição Federal e aos direitos humanos internacionais, que já estão consolidados. Agora eles querem aprovar um projeto a toque de caixa, sem discussão", disse Jorge Vieira, assessor de comunicação do Cimi.

As mudanças da proposta proibirão o garimpo das terras indígenas por garimpeiros de outras origens. Mas liberam as mineradoras, através de contrato com a comunidade e posterior aprovação do Senado, a desenvolver o garimpo nas reservas. Segundo Jorge Vieira, a liberação para o garimpo vai prejudicar o meio ambiente.

Projeto engavetado

Ele afirmou ainda que em 1994 foi aprovado, com consenso do Senado e das diversas entidades

de apoio ao movimento indígena, um projeto do deputado Luciano Pizzatto, que até o momento está engavetado.

Quanto à posse das terras indígenas, o substitutivo mantém com a União, alegando que dessa forma os índios ficarão impossibilitados de vender as propriedades.

O representante do Cimi garante que a justificativa não procede porque a Constituição já proíbe o repasse das terras a terceiros. "O que o governo federal

quer é diminuir o patrimônio indígena de acordo com seus interesses políticos e financeiros", enfatizou.

Com toda essa discussão sobre a posse da terra, Jorge explicou que as oito áreas indígenas em Alagoas ainda não foram demarcadas, algumas sequer passaram pelo processo de identificação.

Violência

Lembrou que a convenção 169, aprovada há cerca de dez anos, garante o direito dos povos indígenas, em nível nacional, sobre as terras e depende apenas da assinatura do governo para vigorar. Quanto à violência registrada nas comemora-

ções dos 500 anos do Brasil na Bahia, o Conselho tomou dois encaminhamentos. No primeiro moveu ação contra o governo federal, o governo da Bahia e a Polícia Militar baiana por abuso de autoridade. Outra determinação foi uma representação na Organização dos Estados Americanos - Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, também contra o governo federal. As determinações da sociedade indígena foram apresentadas na última quinta-feira, em audiência pública na Câmara dos Deputados. Segundo Jorge Vieira, o objetivo foi exigir esclarecimento sobre o ocorrido na Bahia e responsabilizar o governo federal por tudo o que aconteceu.

				2

SANTA CRUZ DE CABRÁLIA: MARCHA INTERROMPIDA

**JORGE VIEIRA/JORNALISTA
COLABORADOR**

A população brasileira e a comunidade internacional ainda estão estarecidas com os fatos ocorridos no dia 22 de abril, em Coroa Vermelha, município baiano de Santa Cruz de Cabralia, próximo à aldeia do povo pataxó. O que os meios de comunicação conseguiram mostrar foi suficiente para deixar o povo indignado.

A marcha de quatro mil lideranças indígenas representantes de 185 povos do Brasil saiu às 10h do local onde fora realizada a Conferência Indígena em direção à Praça das Pitangueiras, Porto Seguro. À altura de 3km de caminhada foi cercada por policiais milita-

res que montaram barreiras para impedir a passagem de pessoas. Com a aproximação dos indígenas, os policiais partiram para cima violentamente, jogando bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Começou a pancadaria contra índios, negros e membros do movimento popular, e detenção de alguns em camburões da PM. Dentre eles estava o missionário Adson Rodrigues, que trabalha com o povo Pataxó do sul da Bahia.

O presidente do Cimi, dom Franco Marcedoti, ficou conosco recolhido pelo comandante Müller durante 5 horas. O que se viu a partir daí foi o terror instalado por toda parte. Um saldo de mais de 40 índios

feridos, alguns com lesões graves, como é o caso do índio Terena, que sofreu traumatismo craniano, da índia que foi atingida em um dos braços e do Carlinhos Xucuru-Kariri, 20 anos, de Palmeira dos Índios, que teve os dois tornozelos atingidos, deixando-o em cadeira de rodas.

A rodovia ficou completamente tomada pelos militares, impedindo as pessoas de ir e vir. Até os moradores de Porto Seguro foram obrigados a andar com um recibo de água ou luz para comprovar a sua residência.

As comemorações governamentais dos 500 anos da chegada dos portugueses não foram diferentes do que aconteceu em 1500. Os povos indígenas, os negros e a população brasileira foram desrespeitados, sendo atingidas inclusive as suas instituições.